

## ENTREVISTA | INTERVIEW

### **O PROJETO MBANZA KONGO: CIDADE A DESENTERRAR PARA PRESERVAR, POR MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES<sup>a</sup>**

Bruno Pastre Máximo<sup>b</sup>  
Marília Oliveira Calazans<sup>c</sup>  
Ramon Sarrò<sup>d</sup>

a Professora Auxiliar, com Agregação. na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nasceu a 14 de Fevereiro de 1961, em Coimbra, Portugal. Licenciada em História, variante de Arqueologia. Doutorou-se pela Universidade de Coimbra, no ano de 2000, defendendo a dissertação “A cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca de Pax Iulia”. De 2011 a 2016 trabalhou como consultora científica nos trabalhos de pesquisa arqueológica na cidade de Mbanza Kongo - Angola, sendo coordenadora da equipe portuguesa e uma das principais responsáveis pela construção do dossiê que inscreveu a cidade de Mbanza Kongo como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2017.

b Arqueólogo – Museu Amazônico/Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em Arqueologia – PPGAn/UFMG. : pastrebruno@gmail.com

c Historiadora – Centro de Arqueologia e Antropologia Forense/ Universidade Federal de São Paulo. Doutoranda em Arqueologia pelo MAE/USP. mocalazans@unifesp.br

d Professor de Antropologia da religião. Universidade de Oxford. ramon.sarro@anthro.ox.ac.uk

## RESUMO

Este texto é uma entrevista com a pesquisadora Maria da Conceição Lopes (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) sobre o seu envolvimento no projeto “Mbanza Kongo: lugar a desenterrar para preservar” do governo de Angola e da UNESCO. Sua participação consistiu na coordenação de prospecções e escavações arqueológicas no centro histórico de Mbanza Kongo, resultando em diversos artigos, e na fundamentação empírica que culminou na nomeação da cidade como patrimônio cultural da humanidade. Conceição Lopes discute como ocorreu seu envolvimento e o processo de trabalhar em uma cidade histórica tão relevante para as dinâmicas históricas do colonialismo entre os séculos XVI e XIX.

## PALAVRAS-CHAVE

Colonialismo, Mbanza Kongo, Angola, Arqueologia da África, Patrimônio da Humanidade.

---

## ABSTRACT

This text is an interview with researcher Maria da Conceição Lopes (Faculty of Letters of the University of Coimbra) about her involvement in the project “Mbanza Kongo: a place to dig up to preserve” of the government of Angola and UNESCO. Her participation consisted in coordinating archaeological prospecting and excavations in the historic center of Mbanza Kongo, resulting in several articles, and in the empirical foundation that culminated in the nomination of the city as a cultural heritage of humanity. Conceição Lopes discuss the process of working in a historic city so relevant to the historical dynamics of colonialism between the 16th and 19th centuries took place.

## KEYWORDS

Colonialism, Mbanza Kongo, Angola, African Archaeology, World Heritage.

## COMO CITAR

MÁXIMO, Bruno Pastre; CALAZANS, Marília Oliveira; SARRÒ, Ramon . O projeto Mbanza Kongo: Cidade a Desenterrar para Preservar, por Maria da Conceição Lopes. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 390-403, Jan-Jun. 2022.

## **Como começou seu envolvimento com o projeto Mbanza Kongo: Cidade a Desenterrar para Preservar?**

Começou com o convite do *Centre du Patrimoine Mondial-Unité Afrique*, para integrar a equipa internacional de peritos que deveria dar contribuição técnica para a elaboração do dossier de candidatura do Centro Histórico de Mbanza Kongo à Lista do Património Mundial.

## **Como foi a preparação por parte da equipe portuguesa para os trabalhos?**

Na primeira fase, em 2010, fui a única portuguesa. A equipa, que deveria reportar ao potencial do património de Mbanza Kongo para sustentar um dossier de candidatura incluiu o arquiteto Cyro Lyra, do Brasil, e o arqueólogo Edward Matenga, da África do Sul acompanhados por uma equipa organizada a partir do Ministério da Cultura de Angola, na altura tutelado pela Ministra Rosa Silva.

Tendo como base as propostas e as recomendações do relatório elaborado pela equipa de peritos apresentado ao Comité do Património Mundial, o governo de Angola deu início ao processo de organização e realização das actividades necessárias à elaboração do dossier.

A segunda fase compreendeu a constituição de uma equipa internacional de arqueologia. O INPC estabeleceu um protocolo com a Universidade de Coimbra e eu assumi a liderança da equipa Portuguesa. Essa equipa foi integrada por jovens bastante qualificados, com competências complementares e disponibilidade para ficar algum tempo em África. A equipa manteve-se sempre a mesma o que facilitou o conhecimento e a relação com os investigadores e o com o povo de Mbanza Kongo.

## **Como foi feita a escolha do equipe portuguesa no projeto?**

A equipa portuguesa foi constituída por mim, professora da Universidade de Coimbra e por quatro jovens estudantes de Arqueologia desta Universidade. João Barreira (que por graça dizíamos haver que pesquisar a descendência do jesuíta Baltazar Barreira, que estudou em Coimbra e partiu para Angola em 1579, com o encargo de ser o novo superior dos jesuítas em Angola, e esteve no Kongo em 1581) e Daniel Pinto, estudante da Licenciatura em Arqueologia foram os membros permanentes desta equipa: André Tomé, Licenciado em Arqueologia e membro da equipa que a Universidade de Coimbra constituiu na Síria, esteve durante uma campanha e Ricardo Cabral, também membro desta equipa da Síria deslocou-se a Mbanza Kongo para fazer levantamentos com drone.

A escolha recaiu sobre bons alunos, com experiência de trabalho de campo e com disponibilidade para partir para uma região onde, apesar das boas condições logísticas, não deixavam de apresentar dificuldades, nomeadamente as relacionadas com as doenças tropicais.

## **Como foram os trabalhos de arquivo e pesquisa em Portugal? Você acompanhou?**

Os trabalhos de arquivo tomaram (e tomam ainda) muito tempo. Os arquivos estão dispersos e, por exemplo, os documentos que estão na Academia de Belas Artes, não se encontram

facilmente disponíveis, nem organizados. O Bruno sabe bem a dificuldade em aceder a alguns desses arquivos, praticamente todos os existentes em Lisboa.

Eu acompanhei o trabalho de arquivos e, eu mesma, fiz muito trabalho de arquivo nos arquivos nacionais. Um arquivo fundamental são as pessoas que moraram em Mbanza Kongo, então denominado S. Salvador do Congo, mas não é fácil chegar até elas; às vezes é mesmo impossível. Pela idade ou por não as conhecermos. O Bruno Pastre, que fez um périplo por Portugal em busca dessas gentes, uma ou outra vez também conosco, experimentou essa grande dificuldade. Aliás, a partir de 2014, Bruno Pastre Máximo (2017) tornou-se um parceiro muito importante nos arquivos. Ele frequentou e consultou milhares de documentos nos arquivos portugueses e, sempre que julgava importantes para o nosso trabalho, fazia questão de partilhar. Nos seus inquéritos de terreno recolheu também informação importante, que sempre nos transmitiu.

Na Arqueologia a utilização dos documentos escritos pode ser de importância capital. No caso concreto, o cruzamento dos dados arqueológicos com as fontes escritas, devidamente aliviadas da carga ideológica de que muitas vezes estão carregadas, juntamente com a cartografia e com os dados da história oral foi determinante para redescobrir a cidade pré-colonial de que nada se conhecia. O cruzamento dos arquivos da terra com os arquivos escritos e com os arquivos desenhados constituiu, assim, a base da interpretação das observações do terreno.

### **Como foi decidido os locais para intervenção arqueológica? A comunidade participou desta consulta?**

A decisão sobre os locais foi feita em função de uma avaliação de dados que nos permitiram supor a existência de testemunhos que remetessem para a cidade e sociedade pré-colonial e colonial antiga e, evidentemente, dos dados observados à superfície, tais como as ruínas do Kulumbimbi.

As escavações que o arquiteto Fernando Batalha (2008) fez em Mbanza Kongo e os vestígios que identificou serviram, também, como importante indicador, mesmo se na altura não tivéssemos a documentação que nos permitisse reportar com exatidão ao solo os vestígios exumados: muralha, casas, etc.

Diretamente, a população não participou, mas foram feitos alguns questionamentos sobre as memórias que tinham da cidade. Alguma parte da população vive ali recentemente (observe-se a evolução do tecido urbano desde 1961 e veja-se que toda a zona histórica que era quase um vazio nessa altura); veja-se que a cidade está hoje densamente habitada, pouco se pode observar e muitas das informações repetem de modo vago e impreciso uma história da cidade. Estas informações, foram, todavia, muito importantes para localizar as fontes que existem à volta da cidade e que contam uma história que nos permitiu definir o limite do Bem, por exemplo.

### **Durante as nossas pesquisas com pessoas da comunidade, constatamos um temor na comunidade com relação aos interesses do governo angolano com o projeto. Você chegou a ter contato com críticas sobre o projeto enquanto esteve em Angola?**

Sim, algumas críticas e, claro, também, muitos apoios. A contradição faz parte destes processos. Eu diria que esta contradição foi boa para o projeto de Arqueologia; obrigou-nos a redobrar a vigilância do nosso trabalho, a ser muito cautelosos nas interpretações, a ser muito ponderados no modo como tomávamos públicos os resultados e, sobretudo, a não descurar os sentimentos de quem vive aquele património.

No local designado Lumbu, onde segundo alguma tradição se localizava a corte limitámo-nos a escavar e a reportar as observações. A equipa portuguesa sempre teve muito cuidado com interpretações a partir daqueles achados e, sobretudo, a fazer interpretações a partir de dados recolhidos em uma escavação parcial. Os achados são muito bons, mas não definem nenhuma categoria de espaço na cidade, embora, evidentemente, suportem a existência do *lumbu* como espaço de prestígio. Jamais, o que foi escavado autoriza alguém a assumir-se como seu representante e, por consequência, o que foi escavado foi o que foi possível, nas condições em que foi possível fazê-lo e com os prazos da UNESCO a pressionarem. Nas recomendações de 2010 foi proposto “Criar um programa visando a participação e o empenho da população no projecto; Criar programas de inclusão, nomeadamente voltados para os jovens, prevendo acções de formação no quadro da participação destes no projecto. nas pesquisas a serem realizadas, notadamente nas arqueológicas”. Não foi possível cumprir na totalidade o proposto, mas se o tivesse sido talvez as críticas se dissipassem e o envolvimento da população fosse mais efectivo.

**Durante a análise do material arqueológico, houve algum tipo de interesse político com relação a determinado período histórico ou contexto de ocupação em detrimento de outros?**

Evidentemente. A importância de conhecer a cidade pré-colonial era, objectivamente, um desígnio científico e de política cultural. Era importante esse conhecimento para construir a história da cidade para além daquela contada pelos documentos escritos.

Nós, enquanto arqueólogos conscientes, não escolhemos os períodos; nós lemos na terra tudo o que ela contém e não aquilo que pretendemos encontrar. O que lá está é o nosso conteúdo e não saíamos dali. Do ponto de vista da escavação, nunca fomos pressionados nem pelos responsáveis ministeriais, nem pelas instâncias do património a buscar um período ou outro; nem mesmo a interpretar determinado achado de acordo com algum interesse. Interpretações que não compartilhamos existiram, mas não vieram do poder político, nem dos responsáveis pelo património.

**Você concorda com o título de patrimônio da humanidade para Mbanza Kongo? Por quê?**

Sim, concordo. Acho muito pertinente e historicamente fundamental. Enquanto referência de uma cultura que ganhou expressão em todo o mundo, em grande medida por essa desgraça que a humanidade abraçou, que foi a escravatura, eu acho que Mbanza Kongo, a capital do reino do Kongo, é mais que muitos outros lugares merecedores de ser um lugar da lista do património da Humanidade. E este património que é um património da história da humanidade merece ser apresentado ao mundo. Depois, a África está muito pouco representada na Lista do Património

Mundial; lugares como este representam toda a África, porque o reino do Kongo atravessa vários países e representam o mundo, pela dispersão de seus habitantes e os patrimónios que levaram com eles.

Uma das razões para inscrever um sítio na lista do Património Mundial é contribuir para a sua preservação. É verdade que ainda não temos muito escavado, mas o que existe deve ser preservado e o que ainda está debaixo do chão deve ser preservado também. Se esta inscrição servir para isso, para preservar esse património, está cumprido um dos desígnios fundamentais que estiveram na origem deste dossier.

Depois, há o mundo para onde Mbanza Kongo *foi transferida* em pedaços, o outro lado do Atlântico, onde muito do que se perdeu em Mbanza Kongo pode hoje ser aprendido lá. Por várias razões, mas esta universalidade geográfica que comporta um estrato de intemporalidade empresta a Mbanza Kongo e seu reino uma evidente condição para ser inscrita na Lista do Património Mundial.

Então, nos critérios da UNESCO acha-se cabimento para esta a inscrição, que é justa e importante para o mundo actual tão cheio de transviações.

### **Foi considerada a possibilidade de métodos menos invasivos, haja vista que se trata de um terreno sagrado?**

Desde o início que a utilização de meios menos expositivos foi considerada. Logo no parecer que dei em 2010, quando fui chamada pela UNESCO para participar na decisão sobre o Valor Universal Excepcional de Mbanza Kongo e, por consequência, para dar parecer sobre a decisão de levar adiante o dossiê, eu indiquei, no capítulo das recomendações “Embora se possam ter dúvidas quanto aos resultados, a utilização da tecnologia LIDAR (da sigla inglesa *Light Detection And Ranging*) que é uma tecnologia óptica de detecção remota que mede propriedades da luz reflectida de modo a obter a distância e/ou outra informação a respeito um determinado objecto distante, dever-se-ia experimentar, nomeadamente nas regiões mais periféricas da cidade onde parece poder encontrar-se (na mata) o primeiro cemitério dos reis” foi, ainda, indicado que “A prospecção geofísica deveria ser, de imediato feita nos local do Kulumbimbi e no local do palácio dos reis, dito “terreno do Partido”, de modo a poder definir-se a importância e carácter dos vestígios”.

De facto, a prospecção geofísica foi feita em alguns locais e ela determinou a estratégia de escavação, tanto nas áreas de maior contacto com a sensibilidade sagrada, como nos locais que não sendo assim previamente indicados poderiam vir a revelar ter uma carga simbólica para as populações, carga essa que nos era alheia e que a nossa intervenção poderia ferir.

Assim, na área do Kulumbimbi, onde, além das tumbas dos reis desde o terceiro quartel do século XIX, se reconheceram outras através da prospecção geofísica, a intervenção foi apenas diagnóstica, tendo num único caso ultrapassado as intervenções mexidas por obras do período colonial. Trata-se, neste caso, da escavação de uma das tumbas do interior da capela mor da igreja. As restantes, por terem sido “esventradas” por canos, abertura de valas, etc., tiveram um trata-

mento de particular abordagem e apenas se escavaram as muito destruídas por esses trabalhos.

No caso da necrópole do Bairro Álvaro Buta, a escavação neste local (a mais delicada) foi decidida a partir de uma emergência provocada pela abertura de fundações para a construção de uma casa. Nessas fundações apareceram sepulturas, sobreposições de sepulturas, de facto. As primeiras, as mais profundas, portanto, estavam depositadas em cova, as do nível superior, igualmente em cova, eram marcadas com blocos de laterite. Escavaram-se apenas aquelas que foram colocadas à mostra pelos trabalhos de construção da casa. Nem se prolongou a escavação para o espaço que, certamente, corresponde à Igreja que originou o cemitério e da qual nada sabemos. Nem mesmo qual era o orago dessa Igreja.

Por isso, os lugares sagrados foram considerados, mesmo quando nós não sabíamos medir a dimensão do sagrado para as populações locais. Era sagrado para alguém e bastava. Lugares sagrados foram, portanto, respeitados e as intervenções foram muito respeitosas e respeitadoras do sentir das populações. Se me perguntarem se foram consultadas todas as religiões, isso não posso assegurar, mas pugnámos para que fossem. Estes processos são sempre difíceis. A primeira vez que escavei um cemitério, quando jovem, foi-me dito que iria para o inferno e todos os dias tinha a comunidade rezando pelas almas dos fiéis defuntos enterrados e declarando a minha condenação ao inferno. Adaptei-me e adaptei a escavação ao sentir da população. Fizemos o trabalho dando a máxima dignidade aos mortos e, quem sabe, por isso, talvez eu nem chegue a ir para o inferno! Mas escavar sítios sagrados não é fácil; independentemente da religião. Em necrópoles há sempre uma alma por ali perto, que é preciso não perturbar nem manchar. E, por isso, tentámos escavar observando todos os procedimentos culturais, religiosos e outros, qualquer que fosse a natureza do sentir. E muito ficou por escavar; e tanto que valia a pena. Talvez pensando um projecto que de modo mais inclusivo traga as populações junto de nós (e não apenas as autoridades ancestrais que nos acompanharam sempre e foram consultadas e chamadas a pronunciar-se e de quem esperamos a autorização), possa tornar o processo mais orgânico e simétrico.

### **As evidências produzidas justificaram a intervenção?**

Sim, justificam. Escavámos apenas esqueletos modernos, que nos deram informações importantíssimas para melhor conhecer a sociedade. Quem antes falava em fumigação no Reino do Kongo? Hoje sabemos como identificar esses vestígios de mumificação, sabemos que esta era uma prática transversal a toda a sociedade, como funcionava no quadro da liturgia cristã e africana e isso é um dado importante para compreender a singularidade da cultura da morte no reino do Kongo. Mas precisávamos escavar mais. Esta temática, por exemplo é bastante importante mas, num trabalho de arqueologia funerária as dificuldades são mais acutilantes, desde logo pelo trabalho com mortos e a vinculação destes a entidades que não podem ser “acordadas”, para falar de modo simples,

### **Você recomendaria ampliar a área escavada em pesquisas futuras?**

Sim, claro! Do ponto de vista arqueológico falta ainda fazer muito. E nesses arquivos que

a terra guarda há aquilo que as fontes escritas desprezaram por preconceito. E nós precisamos dessa história. A África precisa dessa história feita a partir dos arquivos da terra, onde todos se encontram representados e não apenas alguns, onde estão registados todos os tempos e não apenas aqueles após a década de oitenta do século XV. Falta ainda muito trabalho de arqueologia para escrever a História de Mbanza Kongo. Mesmo se a história com base em documentos ou na tradição oral tenha largas páginas escritas. Eu referiria, entre muitos, John Thornton (1983;2001;2009); e Patrício Batsikama (2010;2011;2016) como dois dos autores que usam o material histórico (Thornton conhece milhares de documentos) e relatos orais na sua escrita da História do reino do Kongo.

### **O que poderia ter sido feito e não foi?**

Talvez promover um maior envolvimento com a população e as escolas. Percebo a pressão e a necessidade de cumprir prazos. Mas esta questão, que sempre foi escrita em nossos informes, merece ser acolhida em futuros trabalhos. Um programa de Arqueologia cidadã, arqueologia social inclusiva é fundamental, até porque aquilo que nos ensina a população é conteúdo indispensável para as nossas interpretações.

Poder-se-ia ter dado continuidade às escavações.

### **Considerando a grande quantidade de trabalhos historiográficos que existem sobre o Reino do Kongo e sobre Mbanza Kongo, quais foram as maiores contribuições para o debate colocado pelas pesquisas arqueológicas?**

A historiografia sobre Mbanza Kongo possui uma muito vasta e diversa documentação, entre a qual se destacam os relatos descrições de missionários das ordens mendicantes, jesuítas e capuchinos outra documentação avulsa, entre a qual a documentação de viajantes e a documentação diplomática trocada entre os reis de Portugal e os reis do Kongo. Boa parte desta documentação foi recolhida por A. Brásio e publicada em *Monumenta Missionária Africana* (12 vol. 1958-1981).

Por ser uma documentação contínua no tempo, descontadas as visões sectárias e aliviada do preconceito, consente, ainda que de modo indirecto, uma visão genérica e aproximada do processo evolutivo da história e da morfologia da cidade na longa duração.

Todavia, a historiografia, de certo, por ser muito dependente dos documentos e mais interessada noutras matérias, de um modo geral, pouco tem contribuído para o debate sobre a temática da morfologia urbana, nem mesmo quando por via da arqueologia, nos anos sessenta, foram disponibilizados novos e desconhecidos dados, nomeadamente a existência de uma muralha em pedra e edifícios religiosos. O facto de não ter sido dada a localização desses edifícios, pouco trouxe de apoio à arqueologia.

Com maior ou menor conforto, esta documentação repete a caracterização do reino do Kongo e da sua capital, encontrada em Pigafetta (1989 [1591]). E não pouco frequente encontra-



mo-la ilustrada com a gravura de Dapper (Fig. 1), onde se destaca um palácio, que nem mesmo as mais eloquentes fontes permitem supor ter existido.



Figura 1 - "The Banza or Residence of the King of Kongo called S. Salvador." - DAPPER, Olfert. *Description de L'Afrique*. Amsterdam: W. Waesberge, Boom et Van Someren, 1686. Pp. 343-344

Ter indicação do que terá existido, sem, contudo, dar localizações com referências reconhecidas no presente; descrever o que era construído, sem ser rigoroso na descrição; informar sobre modos de vida e locais de existência, mesmo não indicando o lugar, são informações importantes trazidas pelos documentos historiográficos. Porque a Arqueologia não escolhe tempos, nem circunstâncias, nem seleciona vestígios, mas, ao invés, recolhe todos os vestígios que na terra estão registados, desde o grande edifício ao fragmento singelo de uso na cozinha, a fim de apreender as mutações do espaço urbano, onde as necessidades de reconstruir e construir de novo, ampliar, reciclar ou readaptar os espaços, dão, muitas vezes, origem a processos complexos de experiência de vida e consolidação de tramas morfológicas, apresenta-se como mais capacitada para verificar os quotidianos da cidade e das gentes sem o peso de procurar ou aliviar qualquer preconceito impregnado nos documentos; os documentos dos arquivos da terra são eles mesmos e não o resultado da descrição por outros, o que surge é o que foi e por isso é tão importante procurá-los para compreender, para interpretar, para lhes dar sonoridade

Verificar e compreender a materialidade do perfil de exceção que a cidade de Mbanza Kongo foi assumindo no seu processo de construção implica um programa de trabalhos de escavação autónomo que não prescinde da leitura de documentos, mas, que se realiza em outro processo metodológico de análise e interpretação.

Todavia, é um trabalho arqueológico que deve ser disciplinarmente colaborativo, não apenas com a História, mas também com a Antropologia, a sociologia o direito na sua vertente de interpretação das tradições, a geografia, etc.

### **O que pensa desta emergência de estudos Kongo? Parece que o Kongo tem agora o papel que nos anos 80 e 90 tinha os povos Yorubá. Por que este *revival* kongoista?**

A pergunta implicaria um trabalho de comparação que, por razões de formato deste questionamento, aqui se não farão. Em primeiro lugar devemos questionar-nos se se pode falar de revivalismo dos estudos sobre o Kongo. Se nos ativermos unicamente a Angola, creio que sim, mesmo se o reino cristão de África sempre originou muita literatura; exactamente porque era importante, do ponto de vista ideológico, afirmar esse carácter religioso e “civilizacional” distintivo, e se nos ativermos nos trabalhos com orientação diferente produzidos, por exemplo, nas academias brasileiras, verificamos que estudos sobre estes reinos são tradicionais e continuados. Ainda assim, a questão é muito pertinente e merece um debate, para o qual, em meu entender, se devem convocar os elementos culturais, formais e simbólicos, que surgem como protagonistas da identidade de cada um dos grupos culturais representados pelas categorias Kongo e Yoruba.

Penso que, tratando-se de estudos que emergem num período pós-colonial, se enquadram num conjunto de outros trabalhos que, um pouco por toda África, vêm afirmando a cultura africana, tão depreciada durante os processos de colonização. Nesse sentido, podem encontrar-se similitudes com o processo de afirmação de Yorubá. Porém, penso que os estudos sobre o Kongo apresentam características distintas daqueles outros, desde logo pelo facto de o Kongo apresentar, desde cedo e sempre, uma unidade política que se não reconhece no povo Yorubá e, certamente, por ser o reino cristão de África. Essa marca religiosa trespassa boa parte dos trabalhos que tratam o reino do Kongo, garantindo, inclusive, um quase apagamento das fontes de manifestações religiosas anteriores ou de outras que se construíram posteriormente à chegada dos europeus.

Para além destes temas, estes estudos trazem para o debate questões novas, como aquelas, no quadro da história contemporânea e da luta pela independência, do envolvimento e participação da capital do reino do Kongo nesse processo, mas, também, aquelas que são ocasionadas pela Arqueoantropologia, portanto, agregadora de temas, às vezes inesperados, sem título nem objetivos definidos à priori. Acresce que estas investigações comportam pesquisa no quadro Arqueologia histórica, o que deixa em aberto problemáticas que franqueiam os propósitos ideológicos que se podem reconhecer em muitos dos estudos sobre a cultura Yorubá. A problemática é complexa, e compreende-se que se possa equacionar se o questionamento, os conteúdos e a metodologia são suficientes para alterar os propósitos. Penso, todavia, que o estudo comparativo do material produzido nos permite afirmar que no quadro das semelhanças há muitas diferenças que podem observar.

### **Os trabalhos contaram com colaborações entre as diferentes equipas que estudam o Kongo?**

## **(belgas, americanos, portugueses, britânicos, brasileiros, angolanos, congolezes) ou tensões?**

Não creio que a funcionar em rede, e de modo permanente, haja colaboração entre equipas que estudam o Kongo. E faz falta. Cada vez que alguns de nós se reúnem verificamos que frutifica o conhecimento. Creio, porém, que é tudo uma questão de organização. Que estamos todos disponíveis para trabalhar em conjunto, mas que ainda não nos organizámos para isso. Pela nossa parte, ainda que pontualmente, trabalhamos com os belgas do projecto Kongo King, com os americanos J. Thornton (2009) e Linda Heywood (2014), com os historiadores angolanos João Lourenço, Alexandra Aparício, Rosa Cruz e Silva, historiadores responsáveis e especialistas nos arquivos e a actual ministra da Cultura, a prestigiada e uma das mais veteranas arqueólogas de Angola, M.<sup>a</sup> da Piedade de Jesus. Em Portugal entre historiadores, arqueólogos e antropólogos vamo-nos organizando e encontrando cada vez mais vezes e perspectivando trabalho conjunto.

A criação de uma rede multidisciplinar é, seguramente um caminho muito fecundo na qual os investigadores brasileiros são fundamentais, dado o largo trabalho que têm publicado nesta problemática.

## **Sabemos que havia também arqueólogos camaroneses. Como foi trabalhar com eles?**

Trabalhar com arqueólogos camaroneses foi uma experiência muito interessante. Desde logo porque, fundamentalmente, sendo especialistas de pré-história pouco familiarizados com as metodologias que se colocam à Arqueologia em contexto urbano e com objectos históricos e construídos, se disponibilizavam ao debate que foi determinante no quadro da investigação. É pena que não tenha tido consequências para além deste trabalho em Angola.

## **Há alguma diferença notável entre a epistemologia da arqueologia europeia e a africana, ou entre as estratégias de investigação?**

Sim há. No espaço da Arqueologia Africana há que distinguir o Egipto e a África do Norte, regiões onde a Arqueologia é prática corrente desde cedo. Na geografia, abaixo do Saara, a investigação arqueológica historicamente foi profundamente influenciada pelas teses evolucionistas, que desde o século XIX dominavam o pensamento político e científico moderno, ancoradas no paradigma dos mitos, do progresso e da civilização, ao serviço de usos com motivações essencialmente colonialistas. As potências coloniais não tiveram, todavia, o mesmo interesse nas questões da Arqueologia e os temas estratégicos para a investigação dos arqueólogos africanos não assumem distinção relevante daqueles que determinam as mais recentes investigações de equipas europeias em África.

Este é um tema que merece um debate sério e que exige uma reavaliação, pois a situação actual apresenta-se muito diversa e as equipas mistas, com arqueólogos de proveniência distinta, parecem tender à selecção de temas particulares deixando outros a descoberto e, particularmente nas cidades, isso pode ser dramático para a constituição do conhecimento. Mas há projectos internacionais em curso que estão a mudar este paradigma.

### **Apesar de já ter passado alguns anos da conclusão dos trabalhos, há ainda poucos trabalhos publicados sobre as escavações e os resultados. Vocês têm expectativa de publicar em algum livro ou revista mais informações?**

Sim, eu estou a preparar um trabalho de fundo sobre as intervenções. O facto destas terem sido parciais e de os materiais estarem em Mbanza Kongo (e é necessário voltar a observá-los) tem tardado este trabalho que, todavia, tem que ser feito. A necessidade de reunir a equipa internacional em torno das publicações tem atrasado o processo de publicação. Ainda assim, alguns artigos têm sido publicados. Alguns, pelo carácter científico e laboratorial têm tido grande impacto, como aqueles sobre as missangas, publicados pela equipa, com o Laboratório Hercules da Universidade de Évora e a que associámos Bernard Clist do projeto Kongo King.

### **À guisa de conclusões, qual a sua mensagem para os arqueólogos que buscam trabalhar em Mbanza Kongo?**

Trabalhar em Mbanza Kongo implica conhecer o reino. Implica um trabalho intenso de leitura da documentação historiográfica; de compreensão dos processos de evolução das sociedades Africanas; de observação e entendimento do presente e dos processos de submissão colonial e das estratégias e modos de subversão das políticas e práticas coloniais, ao longo do tempo; de imersão na sociedade actual e nas suas vivências e interesses quotidianos.

Abordar a arqueologia com as limitações de quem sabe que boa parte dos vestígios com que os arqueólogos “escrevem” as dinâmicas de evolução das sociedades se perderam, por serem feitos de materiais perecíveis, por estarem sujeitos a grandes alterações de topografia devido às chuvas e por terem sido mobilizados dos seus contextos para os museus europeus.

Trabalhar em Mbanza Kongo implica lidar com doenças, próprias da região, viver com comunidades que nem sempre falam ou compreendem português, interagir com comunidades com uma estrutura social própria e um conjunto de regras sociais e práticas de convivência e sobrevivência que é necessário conhecer e, sobretudo, respeitar.

Equipas fortes e sábias, respeitadoras e inclusivas, multidisciplinares e alargadas, articuladas com as escolas locais os jovens as crianças produzindo conhecimento e formação. Arqueologia Social Inclusiva e arqueogeografia são o mote para a arqueologia do futuro em África e em Mbanza Kongo. Tanto que eu, mesmo não sendo tão jovem, gostava de lá voltar a trabalhar. Ao coração do reino do Kongo num programa multidisciplinar de Arqueogeografia

### **SITES**

Projeto KongoKing:

<http://kongoking.net/project.html>

Site da UNESCO sobre Mbanza Kongo:

<https://whc.unesco.org/en/list/1511/>

Site com diferentes narrativas da comunidade sobre o património arqueológico:

[www.mbanzakongo.com](http://www.mbanzakongo.com)

**ARTIGOS PUBLICADOS PELA EQUIPE DE MBANZA KONGO**

- BARREIRA, João. *Rede de caminhos no Reino do Kongo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Território), Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.
- BARREIRA, João. A Banza ou Residência do Rei do Congo chamada S. Salvador. *Kairós*, n. 2, p. 70-74, 2019.
- COSTA, Mafalda et al. Multi-analytical approach to the study of the European glass beads found in the tombs of Kulumbimbi (Mbanza Kongo, Angola). *Microchemical Journal*, v. 149, p. 103990, 2019.
- COSTA, Mafalda, et al. "Determining the provenance of the European glass beads of Lumbu (Mbanza Kongo, Angola)." *Microchemical Journal* 154, 2020.
- LOPES, M. CONCEIÇÃO. Arquitectura e Arqueologia de Contacto na Valorização de Mbanza Kongo, a capital do Reino do Congo. *Preservar o Património Português Além-Mar Portugueses e a Salvaguarda do Património Edificado Português no Mundo*, p. 227-246, 2016.
- COSTA, Mafalda et al. 17th to 19th century European glass beads from Mbanza Kongo (Angola): composition and technology. In: *Society of Africanist Archaeologists (SAfA) 23rd Biennial meeting*. 2016.

**REFERÊNCIAS**

- BATALHA, Fernando. *Povoações históricas de Angola*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- BATSÍKAMA, P. As Origens do reino do Kôngo segundo a Tradição Oral. *Sankofa (São Paulo)*, 3(5), 7-41. 2010.
- BATSÍKAMA, Patrício; CAMPELO, Álvaro. A Catedral de São Salvador de Angola: história e memória de um lugar mítico. *SÆculum-Rev. História*, v. 25, p. 161-179, 2011.
- BATSÍKAMA, Patrício. O poder político entre os Mbûndu. *Sankofa (São Paulo)*, v. 9, n. 16, p. 96-134, 2016.
- BRÁSIO, António. *Monumenta Missionaria Africana. Volume 1-12. África Ocidental (1471-1531)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, 1952-1981. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/MonumentaMissionariaAfricana.aspx>
- HEYWOOD, Linda. M. Mbanza Kongo/São Salvador: culture and the transformation of an African City, 1491 to 1670s. In: AKYEAMPONG, E. et al. *Africa's development in historical perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p.366-392.
- THORNTON, John Kelly. *The Kingdom of Kongo: civil war and transition, 1641-1718*. University of Wisconsin Press, 1983.
- THORNTON, John. The origins and early history of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550. *The international journal of African historical studies*, v. 34, n. 1, p. 89-120, 2001.
- THORNTON, John. Mbanza Kongo. In: APPIAH, A., & GATES, H. L. *Africana: the encyclopedia of the African and African American experience*. New York: Basic Civitas Books, 2009. p.776.

- MÁXIMO, Bruno Pastre. *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo*. 312f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PIGAFETTA, Filippo; LOPES, Duarte. *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas, Comentário e Transcrição em português actual de António Luís Alves Ferronha*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Recebido em: 08/03/2022  
Aprovado em: 26/04/2022  
Publicado em: 30/06/2022